

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) Alexandre Santos da Silva

DISPUTA ECONÔMICA ENTRE AS SUPERPOTÊNCIAS RPC E EUA NA AMÉRICA
DO SUL NO SÉCULO XXI, PARTICULARMENTE NO QUE SE REFEREM AOS
RECURSOS NATURAIS SUL-AMERICANO.

Rio de Janeiro

2021

C-Sup/2021

DISPUTA ECONÔMICA ENTRE AS SUPERPOTÊNCIAS EUA E RPC NA AMÉRICA
DO SUL NO SÉCULO XXI, PARTICULARMENTE NO QUE SE REFEREM AOS
RECURSOS NATURAIS SUL-AMERICANO

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso Superior.
Orientador: Prof. Marcelo Valença

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me conceder sustentação em todas as horas e permitir mais esta realização em minha vida.

Aos meus pais Rubenil e Nilcea, pelo exemplo de vida e ensinamentos que forjaram meu caráter, bem como aos meus irmãos Adriana, Lúcia e Rubenil Junior pelo apoio contínuo.

A minha amada esposa Ana Paula e minha preciosa filha Rebecca pela paciência, suporte em todos os momentos e pela compreensão dos momentos de ausência nos últimos meses.

Ao professor Marcelo Valença, pela dedicação, disponibilidade e clareza com que me orientou no desenvolvimento deste trabalho.

A equipe do Corpo Docente agradeço por toda a dedicação e apoio em todas as fases de produção, a equipe de MTA, CMG (RM1-T) Chiara e SO (Refº-ET) Rodrigues que, mesmos distantes, não mediram esforços e tempo disponível para tirar dúvidas, auxiliar na direção de minhas pesquisas e aprimorar toda a produção deste trabalho.

Aos oficiais, CMG (FN) RUSSO, CT (AFN) FOURAUX e CT (AFN) ARISTÓTELES e praças do departamento de Apoio à Carreira do Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais pelo apoio e orientações que foram fundamentais para o meu desempenho e resposta às pesquisas realizadas nesse período.

Por fim, de maneira geral agradeço a todos que direta ou indiretamente tornaram possível a construção e produção desta monografia.

RESUMO

A Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos está em discussão em escala mundial, pois as commodities são necessários para as atividades econômicas da comunidade internacional, inclusive para as potências globais os Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC). A disputa econômica entre as superpotências EUA e RPC se acirraram nas últimas décadas, com desdobramentos na América do Sul no século XXI. Os países do subcontinente Sul-Americano estão se relacionando com as potências globais, tanto individuais como coletivamente, na busca do equilíbrio de poder entre as partes. Nesse contexto, o presente trabalho busca, por intermédio da pesquisa bibliográfica, analisar como a América do Sul tem se relacionado com RPC e EUA frente às relações comerciais dos recursos naturais do subcontinente. Não obstante, averigua-se que o Brasil está no centro do desafio do processo de integração regional da América do Sul, que se constituem em fator de força nas suas relações comerciais entre América do Sul, EUA e a RPC.

Palavras-chave: América do Sul. Recursos naturais. Geopolítica. Integração. Estados Unidos da América. República Popular da China.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	FATORES CONTRIBUÍRAM PARA SE CHEGAR À DISPUTA ECONÔMICA ENTRE CHINA E EUA NO SÉCULO XXI, EM ESPECIAL NA AMÉRICA DO SUL.....	6
2.1	Os EUA do pós-guerra até 2020 e suas relações comerciais com a América do Sul.....	7
2.2	A RPC do pós-guerra até 2020 e suas relações comerciais com a América do Sul.....	10
3	RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS DA AMÉRICA DO SUL.....	13
3.1	Conceito de Recursos Naturais Estratégicos.....	13
3.2	Síntese dos Recursos Naturais Sul-Americanos	14
3.2.1	Recursos Energéticos.....	16
3.2.2	Recursos Minerais não-Combustíveis.....	16
3.2.3	Água.....	17
3.2.4	Segurança Alimentar.....	18
3.2.5	Biodiversidade.....	19
3.3	Geopolítica dos EUA e RPC na América do Sul.....	19
4	A INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E O ASSÉDIO DE RPC E DOS EUA PELOS RECURSOS NATURAIS SUL- AMERICANOS.....	24
4.1	Processo de Integração da América do Sul.....	25
4.2	A integração da América do Sul e os interesses dos EUA e RPC no subcontinente....	27
5	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS.....	32

1 – INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) e os Estados Unidos da América (EUA) estão em franca competição pela hegemonia global nas esferas econômica, tecnológica e política. Não obstante, disputam por recursos naturais estratégicos para a consecução de suas políticas de estado, avançando em suas áreas de influência na busca pelo poder de submeter às demais nações aos seus interesses (XING e SHAW, 2018, pp. 43 e 44).

Entendemos o termo poder, neste trabalho, em sentido mais geral, como sendo a capacidade, decorrente de diversos fatores, que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais de forma unilateral. (ARON *apud* RODRIGUES, 2020, p.204).

A América do Sul, por sua vez, é um subcontinente notadamente reconhecido pelos recursos naturais que possui. A título de exemplificação, cite-se água doce, biodiversidade, recursos minerais e energéticos, florestas tropicais e terras. Pode haver, portanto, interesses das superpotências na aquisição dos recursos sul-americanos e, dessa forma, as referidas potências buscam exercer influência nos países detentores de tais recursos. Nesse contexto, este trabalho tem o propósito de responder à seguinte indagação: “De que forma a América do Sul tem se relacionado com RPC e EUA frente às relações comerciais dos recursos naturais do subcontinente?”

Para alcançar o objetivo proposto será analisada a relação comercial existente entre a América do Sul e as superpotências China e Estados Unidos, em especial no que tange às riquezas nativas, a saber: Recursos Energéticos, Minerais não-Combustíveis, Água, Segurança Alimentar e Biodiversidade, na perspectiva da busca dos interesses das partes envolvidas. Não obstante, explicar como os países sul-americanos estão se articulando entre si, de forma buscar acordos mais vantajosos para o subcontinente, em contraste com as pressões de ordem político-econômico-militar da RPC e EUA na tentativa de manter acordos que atendam aos seus interesses.

A importância da pesquisa decorre da condição do Brasil, na qualidade de país emergente e maior economia da América do Sul, está no centro dessa relação de poder entre as superpotências e o subcontinente, devendo atuar proativamente salvaguardando seus interesses.

Este trabalho pretende contribuir para o conhecimento geopolítico dos recursos naturais da América do Sul, cuja tutela está prevista na Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e publicação da Marinha do Brasil (EMA-300).

A pesquisa bibliográfica foi calcada em livros de autores renomados na área de Geopolítica e Relações Internacionais, teses e artigos científicos que abordaram o tema, bem como, na PND, END e no EMA-300, tendo como elementos norteadores os seguintes termos: América do Sul, recursos naturais e disputa entre EUA e RPC.

O trabalho foi estruturado em cinco Capítulos: o primeiro, a Introdução, adicionalmente, no intuito de contextualizar de que forma se chegou à disputa global entre as duas superpotências, o Capítulo 2 trará sucinta análise dos fatos históricos do pós Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, discorrendo sobre a Guerra Fria, Globalização e abertura econômica, com ênfase nos desdobramentos em relação aos EUA e a RPC, particularmente, na relação das potências globais com a América do Sul.

O Capítulo 3 versa sobre o conceito e requisitos para que um recurso seja considerado estratégico, e discorre, de forma exemplificativa, sobre recursos naturais estratégicos existentes na América do Sul, evidenciando a necessidade econômica vital que os EUA e a RPC possuem na aquisição dos recursos naturais estratégicos sul-americanos e ainda relata as dificuldades de manutenção, preservação e exploração dos recursos naturais nativos, tanto de ordem doméstica quanto pela influência de potências estranhas ao subcontinente.

O Capítulo 4 analisa as tentativas de integração dos países da América do Sul nas últimas décadas, com seus avanços e retrocessos, e ainda as consequências dessa integração nas relações comerciais Sul Americanas com EUA e RPC.

Por derradeiro, o Capítulo 5 apresenta uma conclusão dos assuntos abordados e responde a pergunta da pesquisa.

2 - FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA SE CHEGAR À DISPUTA ECONÔMICA ENTRE CHINA E EUA NO SÉCULO XXI, EM ESPECIAL NA AMÉRICA DO SUL.

Este trabalho apresentará alguns fatos, a partir da década de 1950 até os dias de hoje. Esta sucinta análise tem a intenção de familiarizar ou relembrar alguns fatos históricos recentes que marcaram a ascensão dos EUA e China a condição de superpotências e a consequente disputa global de poder.

O presente trabalho não adentrará em teorias acadêmicas de projeto de poder de ambas as superpotências, pois não é o foco da pesquisa. O intuito aqui é fazer um recorte histórico com fatos que possam demonstrar como países com filosofias tão diferentes, percorreram trajetórias distintas com pensamentos e modelos econômicos antagônicos em

certa medida, chegam ao século XXI buscando hegemonia da economia global em um mundo tão integrado.

[...] a RPC está modificando a balança de poder entre o centro e a periferia gerando um conjunto de desdobramentos que, por um lado, podem provocar novas formas de cooperação e novas configurações geoeconômicas, mas também provocar novas fontes de tensões e conflitos geopolíticos. (VADELL 2011, p. 59.).

Partindo da premissa da contenda dessas superpotências em escala mundial, o foco se voltará para seus efeitos na América do Sul, com ênfase na geopolítica do subcontinente americano, nas áreas político-estratégicas de acordos internacionais econômicos, principalmente, voltados para os recursos naturais abundantes na América do Sul.

2.1 - EUA do pós-guerra até 2020 e suas relações comerciais com a América do Sul

Os EUA se beneficiaram do colapso causado por duas Guerras Mundiais que se desenvolveram fortemente na Europa e em menor proporção na Ásia e África, ou seja, longe do Continente Americano, por conseguinte, os EUA não experimentaram a devastação de seu território, assim sendo, dos países envolvidos nos conflitos, foi o único não afetado diretamente, por conseguinte não foi alvo da reconstrução que os demais beligerantes tiveram que passar, a fim de atender suas populações e meios de produção.

No plano internacional os EUA se colocaram no epicentro da nova ordem econômica do pós-guerra, uma série de instituições é estabelecida com influência direta norte-americana, a saber: Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em 1944; o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), em 1947; a Organização das Nações Unidas (1945) e seu Conselho de Segurança (1946); o plano de reconstrução da Europa em 1947 (Plano Marshall); e o estabelecimento do padrão dólar-ouro. (PECEQUILO e CARMO, 2015, p. 172).

O protagonismo dos EUA se estendeu também no plano político-militar com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com intuito de defender os países signatários na Europa e América do Norte de ataques exteriores.

Com o advento da Guerra Fria (1947-1991) que foi a polaridade entre EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com seus aliados que dividiram o mundo em duas ideologias capitalismo e socialismo respectivamente. A América do Sul também sofreu influência dessa polarização, estando no mesmo continente que os EUA, este não poderia admitir que socialismo adentrasse aos seus vizinhos americanos.

Foi criada uma nova política nacional baseada da Doutrina Truman, que consistia na premissa de intervir em qualquer país sob a alegação de combate ao comunismo e a necessidade de preservar a segurança nacional. A instrumentalidade jurídica internacional se deu pelo Tratado do Rio de Janeiro ou Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947, materializando o sistema americano de segurança para o continente, em **conjunto** com a Junta Interamericana de Defesa (JID) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). (RODRIGUES, 2020, pp. 140 e 141).

As principais ações foram o combate ao movimento de guerrilha e aos movimentos pró-comunismo no período de 1960-1980. Naquele período ainda, o governo estadunidense atuou na geopolítica sul americana ajudando a depor presidentes pró-socialismo e apoiou regime militar em diversos países da América do Sul com alinhamento ao bloco capitalista. (*ibidem*, pp. 140 e 141).

A partir da década de 1980, houve o enfraquecimento do bloco liderado pela URSS, com o colapso dos anos de 1990. Esse acontecimento refletiu na política externa dos EUA perderam o incentivo de projetar poder em contraposição à URSS, ao mesmo tempo em que surgia um vácuo de poder em diferentes regiões do mundo, como África. Por outro lado, os norte-americanos se deparam com a ascensão da China também nesta década de 1990.

Decorrente das mudanças mencionadas, os EUA desencadearam uma nova graduação do capitalismo na medida em que deixaram a postura defensivista em relação ao socialismo e emergiram fortalecidos em seu modelo político-ideológico. Tal emersão se expande até o período pós-Guerra Fria. (PECEQUILO e CARMO, 2015, pp. 175 e 176).

Nesse contexto, o governo Norte-americano tentou implantar em toda América Latina uma zona de livre comércio, materializada na tentativa de criação da Área de Livre Comercio da Américas (ALCA), proposta pelo governo Bill Clinton (1993-2001), projeto apresentado na Cúpula das Américas para criação de um território econômico comum, seguindo os interesses estadunidenses (*ibidem*, pp. 175 e 176).

Pode-se observar neste período nos últimos 55 anos do século XX, que os EUA, na qualidade de maior potência do Continente Americano, mantiveram estreito controle do restante do continente, nos campos político, econômico e militar. Especificamente em relação à América do Sul pela proximidade geográfica e recursos naturais que possui, a estabilidade dessa região é vital para tentar deter a influência de possíveis competidores globais. Não obstante, é uma relação de controle e imposição, sob a pretensa alegação de paz, democracia e livres mercados.

No presente século houve fatos que trouxeram novidades na política externa dos EUA em relação à América do Sul, o que possibilitou novas perspectivas. O ataque do 11 de setembro de 2001 voltou a atenção estadunidense ao Oriente Médio. Em decorrência disso, o governo Bush (2001-2009) permitiu um relativo afrouxamento em relação ao entorno estratégico imediato, que trouxe a possibilidade da ascensão de outros atores internos e externos no subcontinente Sul-americano.

Outro acontecimento que merece destaque foi a crise financeira de 2008, que mostrou uma nova realidade nas relações comerciais em todo sistema internacional, relativizando a hegemonia norte americana como garantidora da globalização e financiadora global. Com este enfraquecimento, surgiu a oportunidade para que outras potências ampliassem sua área de atuação comercial, não obstante, o reflexo da crise teve repercussão em várias regiões do mundo, a ênfase será para a América do Sul e a nova dinâmica comercial da China com relação ao subcontinente americano.

Verifica-se que, após breve relaxamento da atenção no que se refere à política externa dos EUA em relação à América do Sul, em face dos eventos de 11 de setembro e a crise econômica de 2008, os norte-americanos viram a segunda potência do continente o Brasil e outras potências da Eurásia, como, China, Índia e Rússia, buscam mais influência em seu entorno estratégico. Por conseguinte, a superpotência do continente busca aproximação com os demais países americanos nos mesmos moldes de supremacia militar e modelos econômicos recorrentes. (PECEQUILO, 2015, pp. 105 e 106).

Na era Barack Obama (2009-2017), o governo estadunidense observa o assédio de outras potências, como RPC e Rússia, em seu entorno estratégico aproximado, qual seja, a América do Sul. Por conseguinte, houve uma tentativa de maior aproximação com o subcontinente, no intuito de dificultar tal influência.

A elevação do prestígio brasileiro e as questões energéticas (as reservas do pré-sal brasileiro e no Atlântico Sul) levam à reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, a continuidade do Plano Colômbia e as pressões sobre a Tríplice Fronteira, considerada zona de risco terrorista. A reativação da Quarta Frota responde aos avanços chineses e indianos na América Latina, e ao incremento da cooperação militar entre Venezuela e Rússia (e da aproximação da Venezuela com o Irã). Mais adiante, a constituição do Conselho de Segurança da UNASUL (CDS) torna-se fonte de preocupação para os norte-americanos (PECEQUILO *apud* RODRIGUES 2020, p. 144).

Essa recente tentativa de aproximação dos EUA com os países sul-americanos apresentou-se nos mesmos moldes históricos anteriores, qual seja, apenas para manter a influência hemisférica, utilizando as mesmas ferramentas: manutenção da supremacia e

presença militar, controle e redução das forças militares dos países da região, domínio sobre os recursos e mercados do hemisfério e ainda opor-se a ascendência brasileira na região que mostrava certa liderança na integração do subcontinente.

2.2 - China do pós-guerra até 2020 e suas relações comerciais com a América do Sul

A China é uma nação de três milênios, única em vários aspectos, possuidora de extenso território e população imensa que durante sua história foi integrando gradualmente 56 etnias o demonstra sua peculiaridade na constituição de sua civilização, íntima ligação com seu passado remoto e os fundamentos próprios da estratégia e arte de governar. (YUAN, 2020, p. 86).

Na perspectiva de melhor entender a China, é imperativo citar Confúcio que é o pensador que melhor explica a cultura chinesa. “Os Analectos” – compilação de seus ensinamentos vem influenciando os dirigentes daquela nação desde a fase imperial na dinastia Han (206 a.C – 220 d.C). O ponto fulcral da filosofia confucionista são os princípios de não agressão e da busca pela harmonia, social e superior. (*ibidem*, p. 86).

A análise do presente trabalho iniciará no anúncio do estabelecimento da República Popular da China (RPC) em 1949, seguindo a proposta de analisar as superpotências descritas no presente trabalho, no espaço temporal compreendido entre o período pós Segunda Guerra até as duas primeiras décadas do século XXI, como já foi feito com os EUA, será feito também com a China. Traçaremos um paralelo entre essas duas nações em suas ascensões e disputas globais, com ênfase na América do Sul.

A partir da unificação da RPC houve continuidade da estratégia de crescimento do gigante asiático, o desenvolvimento permaneceu nos governos de Mao Zedong (1949-1976), houve quebra de paradigma e intensificação com Deng Xiaoping (1978-2012) e a nova etapa de Xi Jinping (desde 2013). A cada gestão houve reformas dirigidas, em detrimento de ideologias, pelos interesses do estado em contextos internacionais diferentes. Mao Zedong teve a missão de guiar a recém instituída RCP, nas relações internacionais procurou um recomeço, com anulação das relações diplomáticas estabelecidas pela “antiga China”, procurando alinhar-se aos países que a reconhecessem no cenário Internacional. (YUAN, 2020, pp. 91).

Com o advento da Guerra Fria, a RPC aliou-se a URSS, a fim de conter a influência do bloco capitalista, bem como, barrar a influência da OTAN na Ásia. Essa aliança foi rompida ao final da década de 1950, pois a China não se interessou por um papel secundário no bloco socialista.

A partir de então, a RPC colocou a ideologia em segundo plano e buscou uma via intermediária entre os EUA e a URSS. Mao Zedong visualizou a existência de um espaço entre os dois blocos, um conjunto de países periféricos localizados na Ásia, África e América Latina, o que tempos depois seria conhecido como “Terceiro Mundo”. (YUAN, 2020, pp. 91 e 92).

Na América do Sul a estratégia chinesa nos anos 1950 e 1960 as relações foram mais na linha ideológica de propaganda passiva, no intuito de conseguir adesão gradual aos movimentos anti-imperialista, enquanto que as negociações econômicas se mostravam discretas com pequenos acordos de cooperação. (RODRIGUES, 2020, p.169)

Nos anos de 1970 e 1980, houve alterações no cenário externo, Deng Xiaoping inicia o retorno da china à comunidade internacional, materializado com a reconquista do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU em 1971. Na América do Sul houve o restabelecimento das relações com Argentina, Brasil e Chile, contudo, devido ao distanciamento geográfico, e principalmente retaliações políticas dos EUA no contexto ideológico da Guerra Fria, as relações com esse subcontinente permaneciam moderadas. (VADELL, 2011, p. 60).

Com o fim da Guerra Fria, em um novo cenário mundial, Deng Xiaoping conseguiu entender o momento de acomodação e relaxamento da sociedade internacional. Nesse sentido, preferiu a estratégia de “perfil baixo” seguindo projeto de crescimento dentro da realidade do país, redimensionando os investimentos dentro dessa premissa se preparando internamente para oportunamente ascender em escala mundial. Na América do Sul, evitando o confronto com as demais potências do Conselho de Segurança da ONU, manteve as relações cooperativas nos termos de coexistência pacífica, respeitando as tradições ideológicas e buscando uma política e econômica internacional com mais atores. (RODRIGUES, 2020, p.170).

No presente século a China, já estruturada econômica e administrativamente apresentando seguidos anos (1980-2000) com taxa de crescimento anual na média de 9,8% estabeleceu novos objetivos de elevação de investimentos no exterior: Ter maior relevância no sistema internacional no século XXI e estabelecer uma alternativa à arquitetura financeira num mundo pós-ocidental e multipolar.

A admissão na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, foi determinante para o salto gigantesco no volume do comércio exterior chinês. Na América do Sul, essa nova fase da superpotência asiática teve reflexos diretos. Esta data coincide com a “ausência” da superpotência americana, por razões já expostas, os asiáticos souberam

aproveitar este distanciamento para deixar o comércio exterior inexpressível com o subcontinente sul-americano até então, para aumentar consideravelmente a ponto de se tornar o principal parceiro comercial de alguns países da região, como por exemplo, o Brasil. Os recursos naturais energéticos e de diversas *commodities* abundantes na América do Sul vieram ao encontro das necessidades da China com sua imensa população, parque industrial, estrutura militar e arsenal nuclear (VADELL, 2011, p.58).

A China é uma civilização milenar. Contudo, foi focado somente o período da inauguração da RPC em 1949 até as duas primeiras décadas do presente século, em que pôde se observar que os três governantes desse período Mao Zedong (1949-1976), Deng Xiaoping (1978-2012) e o atual Xi Jinping (desde 2013), percorreram pragmaticamente o caminho de reformas internas para se chegar ao socialismo de mercado e na seqüência abrir-se ao mercado externo e rivalizar economicamente com as potências ocidentais e disputar a hegemonia com os EUA.

Na América do Sul atuou com discrição no primeiro momento (1950-60) somente com linha ideológica de propaganda passiva e discretos acordos comerciais. Mais adiante (1970-80) procuraram perseguir o objetivo pragmático na busca de reconhecimento internacional inclusive dos países do subcontinente, após reformas internas de preparação para abertura de mercado e com taxa de crescimento médio na ordem de 9,8% (1980-2000) se aproximou dos países periféricos, incluindo, os sul-americanos, sem despertar atenção de outras potências, em decorrência do discurso de cooperação e não-intervenção.

Até que, a partir de 2001, quando entra na OMC, e aproveitando um momento de afrouxamento dos EUA no seu entorno estratégico, atua decisivamente no comércio sul-americano, bem como, em escala global.

A RPC desenvolveu de forma sistemática as relações comerciais, de investimento e diplomáticas no subcontinente no período considerado de 2001 a 2016. A crescente interdependência entre os Sul-americanos e o gigante asiático pode ser evidenciada por este ter se tornado o maior parceiro comercial de grande parte daqueles, inclusive o Brasil. O percentual dessas relações comerciais gira em torno de 20% do total das exportações de Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela. O crescimento desse fluxo comercial permitiu que a América do Sul permanecesse intacta as oscilações econômicas da primeira década desse século, até a crise financeira de 2008, constituindo-se como um dos fatores de reconfiguração macroestrutural (VADELL, 2018, pp. 228 e 229).

Não obstante, a demanda da RPC na América do Sul é relativa a mercadorias de natureza agrícola e mineral, das quais é altamente dependente com prognóstico de escassez

em poucas décadas, por outro lado, a oferta é de produtos eletrônicos e mecânicos sofisticados de alto valor agregado, o que causa um desequilíbrio monetário da balança comercial. (VADELL, 2018, p. 229).

3 - RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS DA AMÉRICA DO SUL

Após discorrer sobre acontecimentos relevantes de EUA e RPC da segunda metade do século passado até os primeiros anos deste século, enfocando as repercussões na América do Sul, chega o momento de descrever os recursos naturais estratégicos do subcontinente que guardam relação com as necessidades político-econômicas daquelas superpotências.

A presente abordagem não será exaustiva no sentido de contemplar todos os recursos, será exemplificativa abordando alguns recursos estratégicos relevantes oriundos da América do Sul, que despertam interesse e cobiça de vários países industrializados, em particular para este trabalho EUA e RPC.

3.1 – Conceitos de Recursos Naturais Estratégicos

Thomas Hobbes (2003), *apud* Rodrigues (2015), fazendo alusão ao teórico da Escola Realista dos clássicos da ciência política das relações internacionais, reitera o seguinte argumento: “se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo em que é impossível a ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos. E, no caminho para seu fim [...], esforçam-se por destruir ou subjugar o outro”. (RODRIGUES, 2015, p.46).

Os recursos naturais são bens provenientes da natureza utilizados pelo ser humano na satisfação de suas necessidades, podendo ser renováveis e não renováveis. Abarcam uma variedade de seus componentes como recursos minerais (minérios), biológicos (fauna e flora), ambientais (ar, água e solo) e incidentais (radiação solar, ventos e correntes oceânicas) (*ibidem*, 2015, p.45).

O recurso é considerado estratégico quando preenche alguns requisitos: *essencialidade*, quando do seu acúmulo propicia a participação no esforço capitalista por meio de algum tipo de indústria para produção de máquinas e ferramentas, comunicação e transporte, tecnologias de ponta, geração de energia entre outras; *massividade* expressa-se pela utilização em larga escala, que não pode deixar de ser inserido no processo produtivo, quer seja pelo volume consumido ou participação na concentração de capital; *vulnerabilidade* referindo-se a disponibilidade do mineral, suficiência global, quantidade existente no planeta,

localização e pureza; e da *escassez* traduzida pela pouca disponibilidade nas reserva globais, ocasionando competições e disputas internacionais. (RODRIGUES, 2015, p.47).

Destarte, um recurso natural estratégico é aquele que, por causa de um ou mais de seus requisitos, torna-se vital para execução da atividade econômica, podendo interferir na geopolítica regional e/ou mundial.

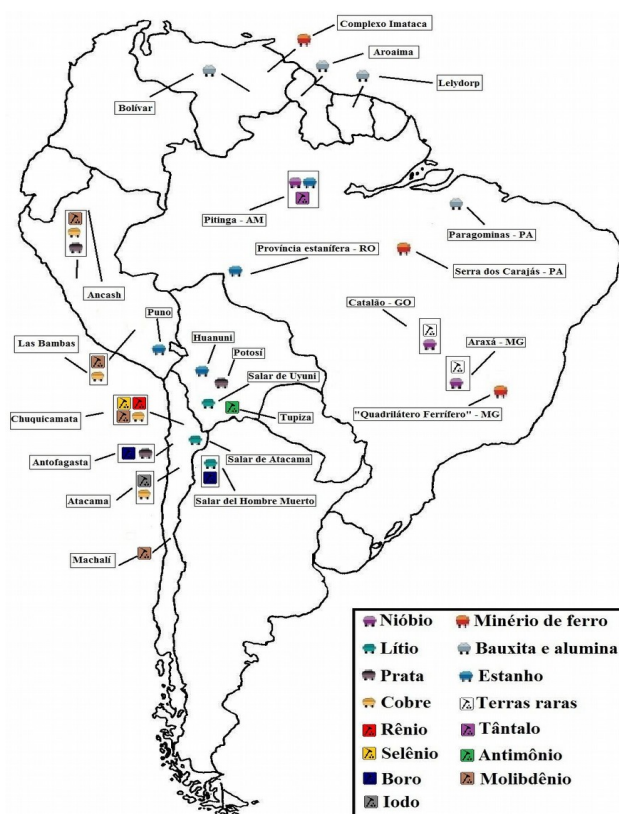
3.2 - Síntese dos Recursos Naturais Sul-americanos

Serão utilizados alguns mapas para facilitar a visualização espacial dos recursos naturais nos diversos que compõem a América do Sul.

No mapa a seguir, pode-se observar as quinze principais e maiores reservas de recursos minerais não-energético sul-americano, especificando o país onde se encontra cada recurso majoritariamente.

Analisando a figura percebe-se que a concentração dos referidos minerais estão aglomerados em três sub-regiões: ao longo da Cordilheira dos Andes, compreendendo Chile, Bolívia e Peru; na região Amazônica, no norte do Brasil e teto das guianas; e na região central do Brasil, nos estados de Minas Gerais e Goiás.

Figura 1 – Quinze principais reservas de minérios não-energéticos



Fonte: U.S Geological Survey e *et al.*, (apud RODRIGUES, 2015, p.59).

Essas sub-regiões possuem grande variedade e volume de reservas, algumas localizadas em regiões de difícil acesso, clima e/ou relevo que desafiam a atividade de mineração. Não obstante, a integralidade desses minérios corresponde a 15% das reservas mundiais, despertando assim interesse dos competidores globais.

A grande quantidade de recursos naturais estratégicos na região é, ao mesmo tempo, sua graça e perdição, pois, no decorrer da história e até a atualidade, despertam o interesse das potências internacionais, bem como há disputas internas pela apropriação da renda proveniente desses recursos, sendo essa fragmentação política uma oportunidade para os países alienígenas ao subcontinente. (RODRIGUES, 2015, p.60).

Ademais, paralelamente à competição e influência que as regiões nativas dos recursos naturais sofrem dos países desenvolvidos, há ainda conflitos internos, muitos deles decorrentes da exploração das riquezas, como poluição, destruição do meio-ambiente, problemas agrários, entre outros. Há necessidade de políticas de Estado para compensação das comunidades nativas como contraprestação pelos inconvenientes oriundos da exploração dos recursos naturais, sob pena de abrir espaço para que nações estrangeiras tenham a possibilidade de influência e intervenção na América do Sul. (*ibidem*, 2015, pp. 61 e 62).

A figura 2 demonstrará que as bases militares estrangeiras na região estão sobrepondo às reservas de recursos naturais, dessa forma, percebe-se a influência de países estranhos à América do Sul, por intermédio da militarização nas regiões onde podem ser encontrados os recursos naturais.

Figura 2 – Bases militares estrangeiras



Fonte: Boron, 2013, p.248, (*apud* RODRIGUES, 2015, p. 60).

Avançando sobre o tema, será exposto um breve inventário dos recursos naturais estratégicos presente no subcontinente, será feito dividindo em cinco categorias: recursos energéticos, recursos minerais não combustíveis, água, segurança alimentar e biodiversidade.

3.2.1 - Recursos Energéticos

Esses são os recursos não-renováveis rapidamente consumidos. Podemos observar essas características no petróleo e gás, bem como, pelas inovações tecnológicas dos meios de extração. Em que pese serem mais caracterizados como fonte de energia do século XX, a importância desses recursos não pode ser desconsiderada, uma vez que há uma projeção de que sua utilização será abundante até a primeira metade do século XXI.

É importante salientar que, apesar da América do Sul, EUA e RPC terem reservas de petróleo, a diferença reside na longevidade. O subcontinente possui 19,5% das reservas mundiais, enquanto EUA 2,6% e RPC 1,1% (dados de 2013). Com o ritmo atual de exploração, o subcontinente possui reserva para 128 anos, enquanto os EUA, 12,1 anos e a RPC, 11,9 anos. Na primeira década do presente século, foram descobertas imensas reservas de petróleo na camada pré-sal no Brasil, de óleo ultrapesado na Venezuela e gás de xisto na Patagônia Argentina. Esse potencial de exploração coloca a região como centro de gravidade na geopolítica petrolífera mundial, habilitando-a na tomada de decisões globais sobre recursos energéticos. (RODRIGUES, 2015, p. 67).

Com relação ao gás, as reservas do subcontinente são de 52,5 anos no ritmo atual, enquanto EUA 13,6 anos e RPC 28 anos. Esses dados revelam a importância desses recursos para servir de pilar de modernização da América do Sul, decorrente da captação de recursos e transferência de tecnologia. Não obstante, os países da região devem buscar interação de suas empresas estatais de exploração, a fim de tentar concorrer com as das potências globais.

3.2.2 - Recursos Minerais não-Combustíveis

Houve elevação nos preços dos metais não-combustíveis a partir dos anos 2.000, o seguimento minerador do subcontinente atravessa um momento de boa rentabilidade e vultosos investimentos, esta realidade pode ser observada pelo aumento dos lucros repatriados com a atividade e os orçamentos para exploração somados aos novos projetos de investimento. O numerário de investimento passou de 2,194 bilhões de dólares em 2003 para 11,200 bilhões de dólares em 2010. Na América do Sul houve um aumento de 566 milhões de dólares em 2003, para 3,024 bilhões de dólares em 2010, com Peru, Brasil e Chile aparecendo entre os dez maiores destino de investimento em mineração. (*ibidem*, p. 74).

Outro exemplo da importância das reservas na região pode ser visto pelo percentual em relação à reserva mundial. Por exemplo, mais de 35% das reservas mundiais de nióbio, lítio, rênio, cobre, e prata; entre 20 e 35 % aparecem o selênio, estanho, molibdênio, iodo e minério de ferro; e entre 15 e 20% boro, antimônio, tântalo, terras raras e bauxita/alumina. (RODRIGUES, 2015, p. 74).

Também nesses recursos naturais acontece a maior longevidade na exploração dos recursos naturais Sul-americanos, em relação ao consumo global, abarcando, por óbvio, EUA e RPC, que se encontram numa posição vulnerável em relação à captação de tais recursos em longo prazo.

Dessa forma, abre uma janela de oportunidade para a região detentora dos recursos, que se recorre de uma melhor participação fiscal que permita captar mais recursos com receitas de exportação, pois os impostos são calculados pelos lucros declarados pelas empresas; todavia, o esforço de fiscalização de muitos Estados está aquém de sua necessidade.

3.2.3 - Água

A geopolítica da água deve nortear a administração dos países para a utilização responsável dos rios, lagos e oceanos, no intuito do desenvolvimento de programas e legislações internas e internacionais para integração e cooperação, no que se refere à preservação dos recursos hídricos, regulamentando inclusive sobre possíveis conflitos internacionais sobre a gerência desses recursos. É um recurso natural importante, já que 99,7% da quantidade existente no planeta não são próprias para o consumo humano e animal. A água doce existente se divide em 7 milhões de milhas cúbicas dispostas na forma de gelo nas geleiras dos pólos, 3,1 milhões na atmosfera, a água subterrânea, os rios e lagos comportam 2 milhões de milhas cúbicas. É ainda consenso que 99% da água doce disponível encontram-se nos aquíferos (RODRIGUES, 2015, p. 79).

A América do Sul detém cerca de 30% de massa líquida potável renovável do mundo, entretanto, há diversidade de climas e precipitação de chuva na região desde árido à equatorial; mas, de um modo geral, não há que se falar em escassez hídrica no subcontinente, ao contrário das previsões no cenário mundial, com aumento da demanda devido à concentração demográfica, falta de obras de infra-estrutura, poluição, aquecimento global em contraste com a oferta limitada.

A água potável Sul Americana também está presente no subterrâneo, destacando o Aquífero do Amazonas na região amazônica do Brasil, chegando a uma reserva total de 86 mil km cúbico, o dobro de outro aquífero Sul-americano o Guarani, que tem uma reserva total de água de 45 mil km cúbico.

A prioridade da utilização dessa água doce é sustentar a vida humana, inclusive sendo reconhecido como um direito humano, não obstante, secundariamente o recurso também se presta a apoiar a agricultura, turismo, mineração, indústria e energia (hidroelétrica). Sobre esta utilização a possibilidade de geração de energia na América do Sul chega a 590 GW, sendo que quase a metade encontra-se no Brasil com 260 GW, com ênfase na bacia hidrográfica do Amazonas com a capacidade de 107 GW. (*ibidem*, pp. 80 e 81).

Esse recurso coloca a América do Sul em evidência, pois com a previsão de escassez em várias partes do mundo, não obstante ao alto custo para dessalinização. Há a tendência de potencial conflito no século XXI, a semelhança do petróleo no século XX, com processos de mercantil e financeira se tornando uma *commodity* internacional para consumo, irrigação agrícola e energia limpa.

3.2.4 - Segurança Alimentar

Compreende a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente de modo contínuo, não comprometendo a sustentabilidade ambiental. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) possui estimativa que 800 milhões de pessoas não se alimentam regularmente no planeta, a maioria localizada na África e alguns países da Ásia e América Latina.

América do Sul tem forte potencial agrícola pelas terras cultiváveis e disponibilidade água para irrigação, entretanto, tem se observado que a produção agrícola tem sido direcionada para o agronegócio, a fim de produzir *commodities* para atender aos mercados futuros, ocasionando aumento de propriedades improdutivas ou produtoras de alimentos que não cooperam com a segurança alimentar diretamente, por exemplo, a soja, bem como, a concentração de terras. Não obstante, dificulta a agricultura familiar voltada para o cultivo de alimentos de nutrição básica, dessa forma, impossibilitando que a região seja mais efetiva na contribuição para segurança alimentar mundial. (RODRIGUES, 2015, pp. 84 e 85).

O enorme potencial agrário Sul-americano tem despertado interesse de empresas internacionais que estão comprando grandes extensões de terras cultiváveis no subcontinente, a fim de atender seus interesses econômicos ou de seus países sede. Consequentemente, este

recurso tende a tornar-se mais um ponto de conflito entre os países nativos e as potências estrangeiras ao subcontinente, que apresentam déficit de produção de alimentos para suas populações, cito, RPC.

3.2.5 - Biodiversidade

Representada pelas florestas tropicais úmidas, milhares de espécies de aves, mamíferos e outras espécies, constitui um dos recursos de relevada importância na América do Sul, notadamente, na Bacia Amazônica. Há um potencial estratégico a ser explorado integrando as biotecnologias com o conhecimento empírico das comunidades nativas que produzirão novos conhecimentos nas áreas industriais, farmacêutico e agroalimentar.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (PNUMA) na região estão localizados quatro dos dez países com maior biodiversidade do planeta: Brasil, Colômbia, Equador e Peru. A Bacia Amazônica possui 40% de todas as espécies animais e vegetais, metade das selvas tropicais, 33% dos mamíferos e répteis, 41% dos pássaros e metade das plantas do mundo. Há um enorme potencial para exploração desde cosméticos até possíveis remédios para doenças que hoje não tem cura (RODRIGUES, 2015, pp. 86 e 87).

Essa vasta biodiversidade, que aqui apenas foi citada, sem adentrar na variedade das espécies e suas aplicações, bem como, nas pesquisas, produtos em fase de teste e os já desenvolvidos, pois não é o foco do presente trabalho. Todo esse patrimônio não passa ileso da cobiça internacional que por intermédio de empresas internacionais e ONGs de fachada, tiram proveito da baixa densidade demográfica, carência de legislação específica, grande extensão territorial de difícil acesso para realizar exploração, por vezes ilegal, na Amazônia sul americana arquitetando represálias no direito internacional, no intuito de enfraquecer os Estados nacionais e seus movimentos sociais e indígenas. (*ibidem*, 2015, p. 87).

Não obstante, há espaço para a exploração da biodiversidade sul americana em parceria e não de espoliação, com centros tecnológicos e de conhecimento operando nas condições dos países nativos, com marco regulatório definido, transferência de tecnologia e compensação financeira. Mantendo a constante preocupação de preservação do meio ambiente, a fim de exaurir o recurso e por extensão ficar privado de seus benefícios. O estudo desse recurso está tão incipiente que não há como precisar o valor das prováveis descobertas genéticas, químicas e tecnológicas; constituindo fator que deveria unir os países nativos numa agenda de preservação, exploração e cooperação.

3.3 Geopolítica dos EUA e RPC na América do Sul

Uma das primeiras pensadoras a escrever sistematicamente sobre um conceito geopolítico latino-americano foi a economista mexicana Ana Esther Cecenã. Segundo a autora, a análise histórica do sistema capitalista é o primeiro passo para entender o mundo hodierno, com suas guerras e anseios de paz, bem como, estudando o conceito de hegemonia econômica que consiste na capacidade de impor, ao mesmo tempo por métodos violentos ou consensuais, suas condicionantes ou capacidades tecnológicas como modelo a ser seguido, e que existe um conjunto de recursos que são vitais para a reprodução material global.

Cecenã ainda argumenta que o controle militar do subcontinente que possui estes recursos segue duas diretrizes: A necessidade de monopolizar a área geográfica com guerras e conflitos, pressões econômicas e/ou políticas sobre os países e intervenção direta de empresas transnacionais. Em outra vertente, a necessidade de reprimir políticas anti-hegemônicas e de dominação, que defendem a capacidade de gestão econômica e soberania política sobre os recursos naturais por parte dos países nativos, na perspectiva da autodeterminação dos povos para buscar sua forma de desenvolvimento. (RODRIGUES, 2015, pp. 48 e 49).

A cientista política peruana Monica Bruckmann aborda os recursos estratégicos e a geopolítica na América do Sul sob a ótica dos ciclos tecnológicos do capitalismo, ciclos dos minerais e etapas do desenvolvimento. Nesse tripé, Bruckmann expressa que os recursos estratégicos são imprescindíveis para estruturação das economias centrais e emergentes, ratificando assim o argumento da disputa global pelos recursos estratégicos, o que coloca a América do Sul em destaque por ser uma das principais fontes (BRUCKMANN, 2011, p. 200).

Bruckmann ainda expõe a questão dos ciclos dos minerais mais sistemáticos, no sentido de que a exploração não deveria ser vista apenas como *commodities*, mas como recurso para desenvolvimento científico-tecnológico. A quebra do modelo de exportação de matéria-prima de baixo valor agregado e seguir a estratégia de industrialização dos recursos naturais, por intermédio de pesquisa científica e tecnológica, somado à soberania gestão econômica, cujo resultado se reverteria para melhores condições de vida para população nativa. (*ibidem*, 2011, p. 200).

Uma dimensão mais ambiental é o enfoque do economista mexicano Gian Carlo Delgado Ramos, estudioso da ecologia política dos recursos naturais estratégicos, relacionando-os com segurança ecológico-ambiental e a militarização dos espaços no sentido de que regiões que apresentam grandes reservas de recurso estratégicos estão em constante conflito, que, em face da escassez dos recursos em escala global, podem influenciar na segurança a nível mundial e podem vir a desencadear decisões comparáveis a ameaça militar

da soberania. Esse processo também ocasiona a intensificação do processo de transferências de riquezas da periferia para o centro, conseqüentemente, contribuindo para a devastação ambiental das localidades e potencializando os problemas sociais (violência, habitação, entre outros) nas comunidades. (RODRIGUES, 2015, pp. 48 e 49).

Depois desse sucinto quadro teórico versando sobre a temática de recursos naturais estratégicos sul-americanos, faz-se necessário marcar um lapso temporal do acirramento da disputa por esses recursos, a partir da globalização no final do século XX e início o século XXI, houve uma propensão de escassez de *commodities* devido à liberalização econômica em escala mundial.

Os países perderam o controle sobre as atividades econômicas em seus territórios, em face de marcos de mercado global e integrado, os Estados buscam garantir acesso privilegiado à matéria-prima, quer seja por acordos estatais, apoio de suas empresas transnacionais ou investimento e financiamento em exploração e infra-estrutura.

Nesse contexto, torna-se cada vez imperioso o controle político sobre os países produtores, possuidores de reservas e até a nacionalidade das empresas que fazem exploração dos recursos naturais estratégicos.

A América do Sul é parte importante nessa demanda, uma vez que possui reserva de vários recursos naturais estratégicos, por exemplo, possui seis dos dez maiores países mineiros do mundo, como Peru, Chile, Brasil, Argentina, Bolívia e Venezuela, sendo uma das regiões mais afetadas pela liberalização, desregulamentação econômica (tributação) e proteção do meio ambiente do final do século XX.

Os EUA e a RPC são os dois maiores influenciadores e parceiros comerciais dos recursos naturais estratégicos Sul-americanos, ao mesmo tempo, que também são os países mais dependentes desses recursos.

Os EUA possuem uma agenda para garantir o acesso às fontes de recursos vitais no exterior, uma vez que o crescimento de sua economia acarretou em dependência da importação de insumos para sua indústria.

Na última década do século passado, houve um esforço do governo estadunidense de buscar acordos comerciais com toda América Latina. A Iniciativa para as Américas (IA) que tinha como objetivo reestruturar as relações no hemisfério, com foco na criação de uma zona de livre comércio das Américas de norte a sul (ZHLC), houve sucesso no norte com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) firmado entre EUA, Canadá e México. (PECEQUILO e CARMO, 2015, pp. 42 e 43).

Objetivamente na América do Sul, a proposta que mais avançou foi a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que entre outros objetivos, buscava a melhores condições comerciais e alfandegárias dos produtos industrializados estadunidenses com alto valor agregado e fornecimento de energia e matéria-prima por baixo custo dos países sul-americanos. A ALCA não prosperou por razões internas dos EUA, bem como por não atender as reivindicações Sul Americana. (PECEQUILO e CARMO, 2015, pp. 42 e 43).

A RPC é outra superpotência de atuação fundamental na América do Sul no século XXI, faz-se necessário esclarecer que a sua atuação tem um peso decisivo, que influencia a oferta e demanda, por conseguinte, os preços dos recursos naturais estratégicos. Há uma expectativa que o gigante asiático assuma o posto de maior economia do mundo, contudo, apresenta deficiência alimentar, energética, matérias primas e águas. Tais recursos são abundantes ou há potencial para desenvolvimento no subcontinente americano.

Os chineses estabeleceram como prioridade a garantia de recursos estratégicos para o seu crescimento econômico e aumento da capacidade militar. Essa necessidade pode ser percebida, por exemplo, no petróleo, pois há estudos que em 2030, a China terá a demanda de mais ou menos 15 milhões de barris diários, contudo, somente 04 milhões são produzidos internamente. (RODRIGUES, 2015, pp. 54 e 55).

A diferença de 11 milhões levou o governo chinês a algumas ações estratégicas de diversificação de fornecedores externos, utilização de via terrestre em prejuízo da marítima, a fim de amenizar a ameaça de um bloqueio naval e lançamento de suas empresas estatais participando dos conglomerados que controlam as reservas do mundo. (*ibidem*, pp. 54 e 55).

Na América do Sul, essa última ação já se fez notar no leilão de petróleo do pré-sal brasileiro, notadamente, mega campo de Libra, cujas empresas chinesas CNPC e CNOOC têm a participação de 10% cada. (*ibidem*, 2015, pp. 54 e 55).

A RPC se tornou nas duas últimas décadas (1995-2015), o maior produtor mundial de considerável número de importantes minerais necessários ao seu consumo interno, contudo, não atende completamente a sua demanda crescente. Os chineses têm investido principalmente na mineração, petróleo e gás sul-americanos, e em menor escala, produtos agrícolas.

Os contratos de pesquisa e exploração de recursos minerais assinados entre empresas chinesas e países sul-americanos têm marco regulatório que garante longo período de exploração, em torno de 20 a 40 anos, como no caso da exploração de cobre nos dois principais produtores deste mineral na América do Sul, Chile e Peru, com investimentos que somam 13 bilhões de dólares, firmados em 2005 e 2010. (*ibidem*, 2015, pp. 54 e 55).

No Brasil os investimentos em mineração e petróleo chegam a 12 bilhões de dólares. Já com a Bolívia os acordos para exploração de petróleo e gás são do montante de 1,5 bilhão de dólares. No Equador, investimento de 02 bilhões de dólares que serão pagos em parte com petróleo e óleo combustível. A Argentina tem acordos com exportação de produtos agrícolas, já sendo o terceiro maior exportador de alimentos para os chineses.

Por derradeiro, a Venezuela que solicitou financiamento de longo prazo que inclui empréstimo de 20 bilhões de dólares para as áreas de mineração, eletricidade, transporte, moradia, finanças, petróleo, gás e petroquímica. (RODRIGUES, 2015, p. 55).

Pode-se destacar que tanto os EUA como a RPC tem interesses nos recursos naturais estratégicos oriundos da América do Sul. Estas superpotências que se rivalizam em escala global, também querem aumentar sua influencia e projeção de poder no subcontinente, a fim de manter as reservas de matéria-prima vitais para suas economias, que em alguns casos as reservas das superpotências se exaurem em menos de 20 anos.

Decorrente desse fato, os importadores de matéria prima exercem pressões políticas, econômicas e militares de seus governos para manutenção da negociação das *commodities* com baixo valor agregado, bem como, utilizam empresas transnacionais para exploração dos recursos naturais, o que diminui o controle estatal dos países produtores.

No outro pólo, os países Sul-americanos detentores dos recursos naturais, que apesar de estarem numa posição vantajosa em face da crescente demanda por suas *commodities*, precisam buscar formas de se contrapor às pressões internacionais e aproveitando o momento favorável, buscar seu desenvolvimento por intermédio de avanços tecnológicos que permitam gerar produtos industrializados com maior valor agregado, a fim de mitigar a dependência econômica dos países industrializados.

Esse conflito de interesses e as pressões nos campos político, econômico e social decorrentes estão presentes nas diversas expressões de poder dos países envolvidos. O Brasil, especificamente, como maior economia sul americana, está no centro dos interesses divergentes das potências globais e os países da América do Sul no que tange à administração dos recursos naturais do subcontinente.

O maior país sul-americano em extensão tem buscado firmar sua posição nas diversas expressões de poder, por exemplo, político, diplomático e militar. Esta última pode ser exemplificada pela Política Nacional de Defesa (PND), em processo de aprovação no Congresso, que é o documento de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Enfatiza as ameaças externas, estabelecendo objetivos, preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. (BRASIL, 2020).

A PND assevera que o Brasil e a maioria dos países Sul-americano são dotados de ampla gama de recursos naturais, em contradição com outras regiões do mundo que já experimentam escassez desses ativos. (*ibidem*, 2020).

Tal situação poderia ensejar o uso da força para resolução de possíveis conflitos, não obstante, servir de sustentáculo para imposição de sanções econômicas ou políticas. Ademais, tem-se observado que potências externas incrementam sua presença e influência no subcontinente. (BRASIL, 2020).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) também em processo de aprovação no Congresso, detalhando a PND exorta sobre a proteção dos recursos naturais existentes nas águas, leito e subsolo marinho, afirmando que a região amazônica, com sua biodiversidade e potencial energético sob jurisdição brasileira, é prioridade para o País. (BRASIL, 2020).

O Plano Estratégico da Marinha (PEM) destaca o ambiente operacional marítimo e fluvial caracteriza uma ampla porta de entrada de riquezas como para as ameaças, dentre elas as **disputas por recursos naturais, como água e minérios**. (BRASIL, 2020, grifo nosso).

Conforme descrito, observa-se a atualidade e importância do tema, cuja relevância está presente nos estudos acadêmicos em vários países, não obstante, estão na pauta política e econômica de EUA, RPC e América do Sul. Especificamente, o Brasil, país emergente e maior economia sul americana, está no centro da questão e aborda o assunto em vários níveis e esferas, inclusive, na militar.

4 - A INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E O ASSÉDIO DE RPC E DOS EUA PELOS RECURSOS NATURAIS SUL-AMERICANOS

A integração regional de países ou blocos econômicos é uma realidade em todo mundo, ampliada no pós-guerra Fria. O continente sul-americano apresenta a mesma cronologia, pois houve antecedentes históricos como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948, entretanto, teve maior efetividade a partir dos anos 1990.

A América do Sul está em processo de integração regional na tentativa de superar barreira de abrangência do intercâmbio comercial e regulação tarifária, a fim de desenvolver integração contínua em segmentos econômicos, político, de infra-estrutura, educacional entre outros. Nesta conjuntura, volta-se ao debate sobre temas importantes, tais como, soberania,

recursos naturais e hidroenergéticos, biodiversidade e a Amazônia. (BRUCKMANN, 2011, p. 197).

O Brasil na condição de país continental, importância econômica e contingente populacional, desempenha papel de protagonista nos processos de integração do subcontinente. A consolidação da liderança brasileira na região tem sido fator preponderante para os avanços e retrocessos na integração Sul Americana, que condiciona os interesses hegemônicos das potências globais aludidas neste trabalho. (BRUCKMANN, 2011, p. 197).

Há um pressuposto de o Brasil se colocar na condição internacional em consonância com seus recursos, como nação emergente do Sul, líder da América do Sul no Terceiro Mundo, na possível estimativa de descentralização de poder e ascensão de potências não tradicionais, a saber, os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o que determina a necessidade de maior relevância regional e global (PECEQUILO e CARMO, 2015, p. 6).

Conforme referenciado, há consenso de que a integração da América do Sul tem o Brasil como protagonista por reunir as melhores condições para capitanear este processo, nesse contexto, serão analisadas as tentativas ou processos de integração Sul Americana e como este fenômeno condiciona as relações comerciais dos recursos naturais do subcontinente com as potências globais EUA e RPC.

4.1 - Processo de Integração da América do Sul

O pós-Guerra consolidou a posição dos EUA como potência hegemônica mundial, contudo, os Norte-Americanos focaram a visão estratégica para a Eurásia, relegando a segundo plano o restante do continente, em que pese, esta região ser zona de influência preferencial desde o século XIX.

Os aliados da Europa Ocidental e Ásia foram contemplados pelo plano de reconstrução e modernização do pós-Guerra, o Plano Marshall. A América Latina foi aquinhoadada apenas com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947) e a Organização dos Estados Americanos (OEA, 1948) que consistiam em cooperação interamericana político-estratégico, sem aportes sociais e econômicos, este sistema multilateral serviu de instrumento pressão norte-americana ao restante do continente. (PECEQUILO e CARMO, 2015, pp. 10 e 11)

Nessa condição, buscando saídas autóctones para o desenvolvimento tecnológico e parcerias internacionais são criadas na América Latina a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 1948, e por iniciativa brasileira, por intermédio, do

presidente Juscelino Kubitschek a Operação Panamericana (OPA) em 1958, onde o Brasil afirmava aos EUA que a alternativa ao avanço comunismo na região seria alcançado somente pelo pleno desenvolvimento da América Latina e não pelo alinhamento puramente ideológico proposto pelos norte-americanos para a região. (BARROS e CALIXTRE, 2011, pp. 179 e 180).

A OPA serviu para afastar a ideia que a presença do Brasil na região estava condicionada às relações bilaterais com os EUA, bem como, minimizou a desconfiança do subimperialismo brasileiro nas Américas. (BARROS e CALIXTRE, 2011, pp. 179 e 180).

Nas décadas de 1960/1970 não houve avanços significativos para a integração da América Latina como um todo, pois a ênfase na integração dos países da América do Sul viria mais tarde, devido à conjuntura político-econômica em um período de bipolaridade, com instabilidade interna que resultou na ascensão de regimes militares, desconfiança entre os países, corrida armamentista, entre outros. (PECEQUILO e CARMO, 2015, p. 12).

No final da década de 1980, com a redemocratização da América do Sul, couberam ao Brasil e Argentina, as maiores economias do subcontinente, direcionar o subcontinente às reformas estruturais e a integração das estruturas econômicas, por intermédio de seus acordos bilaterais, gradualmente geraram adesão ou novos acordos, rompendo com o paradigma isolacionismo na região, alcançando cooperação tanto no âmbito público quanto nas estratégias das empresas privadas. Essa sinergia progressivamente culminou com um mercado comum, dez anos depois com ampla abertura comercial, qual seja o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). (BARROS e CALIXTRE, 2011, pp. 182 e 183).

A década de 1990 trouxe à disputa de integração do Continente Americano, a vertente norte-americana com a Iniciativa para as Américas (IA) com a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a contraposição de iniciativa brasileira Iniciativa Amazônica com a proposição da aproximação do Pacto Andino com o MERCOSUL e sua ampliação para Área de Livre Comercio Sul-Americana (ALCSA). (BARROS e CALIXTRE, 2011, pp. 184 e 185).

Durante a década houve maior integração e identidade dos países da América do Sul, que diferenciou o subcontinente não só dos EUA como do México pró-NAFTA, que aderiu irrestritamente a política de livre comércio com os países do norte do continente, enquanto os do sul preferiram evitar, na ocasião a identidade da América do Sul se tornou autônoma em relação à América Latina como um todo. (*ibidem*, pp. 184 e 185).

O século XXI trouxe avanço e desenvolvimento na busca de mecanismos políticos mais abrangentes na integração dos países Sul-americanos. Na Cúpula de Mar Del Prata

(2005), ficou estabelecido o caráter inoportuno da ALCA, reiterando o não alinhamento automático com os EUA, afirmava a prioridade de impulsionar o desenvolvimento os países do subcontinente. (PECEQUILO e CARMO, 2015, pp. 84 e 85).

Avançando na integração, foi criada em 2004 a Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA), depois recebeu novo nome União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) que foi concebida como um organismo mais amplo para a integração da América do Sul, não só econômico, mas também, comunicação, finança, infraestrutura, matriz energética, sistema educacional, saúde, estratégia científicas e tecnológicas. (BARROS e CALIXTRE, 2011, pp. 189 e 190).

Destaca-se que a totalidade dos países do subcontinente se tornou membros, a exceção da Guiana Francesa, que é território Francês. Ademais, a UNASUL estende-se para o campo da defesa, com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), numa tentativa de estabelecer estratégias de defesa oriundas do próprio Sul-americano, afastando interferências externas, ou seja, de países estranhos ao subcontinente. (*ibidem*, pp. 189 e 190)

A integração Sul Americana é um processo de várias décadas com avanço contínuo, normalmente sob a liderança brasileira, em pese que momentos de retrocesso, a partir da consciência de ter sido colocada em segundo plano pelo EUA, que priorizou as relações comerciais com Europa e Ásia.

Após décadas da segunda metade do século passado quando imperava o isolacionismo, desconfiança e disputas no subcontinente, a década de 1980 principiou o movimento mais intenso de integração regional por intermédio de acordos econômicos entre Brasil e Argentina, tendo a adesão de outros países da região, até que na década seguinte culminou com o MERCOSUL.

Ainda na mesma década (1990) a aproximação dos EUA que buscava o alinhamento automático no modelo neoliberal com a ALCA, entretanto, já no início do século XXI os países Sul-americanos rejeitaram a ALCA e avançaram na sua integração com as organizações CASA e UNASUL, esta última ampliando o eixo de atuação para infraestrutura, finanças e defesa.

4.2 A integração da América do Sul e os interesses dos EUA e RPC no subcontinente

O processo de integração da América do Sul não passa ileso às pressões das superpotências EUA e RPC, que têm no subcontinente uma região geoestratégica em face dos recursos naturais que possui. Não obstante, tais recursos serem vitais para as economias das super potências a curto e médio prazo, como já exposto na terceira parte deste trabalho.

Há diversos interesses envolvidos de cada superpotência com relação à outra, de cada uma em relação ao conjunto de países da América do Sul, de cada país sul-americano em relação a cada superpotência, são alguns exemplos.

Historicamente, a relação dos EUA com a América do Sul é de afirmação hegemônica, que quando percebe perda de espaço ou influência, por parte de potências de dentro do continente como o Brasil ou externa como a RPC, busca aproximação com acordos de alinhamento automático, abertura de mercado, projeto de cooperação, com transferência de tecnologia e científica, a fim de dificultar a influência daqueles emergentes. Entretanto, passada a ameaça, há um novo distanciamento e esvaziamento das propostas, permanecendo apenas acordos verticais de fornecimento de recursos naturais por parte dos Sul-americanos com baixo valor agregado e importação produtos industrializados dos EUA com alto valor agregado em uma relação assimétrica.

Não obstante, os norte-americanos mantêm a estratégia de contenção com a presença militar no subcontinente, por intermédio de bases militares em países do subcontinente, uma frota da Marinha dos EUA patrulhando o Atlântico Sul, Plano Colômbia, Guerra contra as drogas e narcoterrorismo entre outras, dificultando a integração Sul Americana. (PECEQUILO e CARMO, 2015, p.180)

Concernente às relações comerciais da RPC com a América do Sul eram bem tímidas, até 2001, decorrentes de sua estratégia de perfil baixo, principalmente na área de influência mais próxima dos EUA. Essa postura muda com a sua admissão na OMC e a visita de seu Ministro das Relações Exteriores Tang Jiaxuan no subcontinente no mesmo ano.

O avanço do Tigre Asiático continua com a visita do Presidente Hu Jintao ao continente, em 2004 e 2008. Essas visitas selaram acordos comerciais em várias áreas, perfazendo com que a China se tornasse o terceiro maior investidor na América Latina em 2012, e ainda o principal parceiro comercial de países Sul-americanos, por exemplo, o Brasil. (*ibidem*, 2015, pp. 231 e 232)

A RPC nas últimas décadas vem mantendo um crescimento expressivo de sua economia, o que traz consigo a necessidade de matéria-prima, muitos deles abundantes da América do Sul. Conseqüentemente há um aumento das exportações do subcontinente para o gigante asiático, contudo, há problema da assimetria entre os dois pólos, o que se traduz na possibilidade na manutenção do subdesenvolvimento por parte dos países Sul-americanos que continuarão exportando seus recursos naturais com baixo valor agregado e importando produtos industrializados da RPC sem transferência de tecnologia.

Ademais, os investimentos da potência asiática no subcontinente, por vezes estão atendendo a infraestrutura deste modelo de exportação o que dificulta a integração física e energética intrarregional.

Destarte, é importante que os tomadores de decisão dos países Sul-americanos imponham condições mais vantajosas ao subcontinente, tais como: transferência de tecnologia e conhecimento, posição vantajosa para produtos manufaturados do subcontinente para a RPC e outros projetos que criem certa reciprocidade. (RODRIGUES, 2020, pp. 20 e 21)

Nessa conjuntura, observa-se que as potências globais EUA e RPC veem a América do Sul como uma região geoestratégica em razão dos recursos naturais estratégicos que possui essenciais para a cadeia produtiva daquelas potências. Não obstante, essa relação comercial é vantajosa para as potências globais pelo motivo do baixo valor agregado e desvantajosa para os sul-americanos, pois importam produtos industrializados com alto valor agregado.

A manutenção desse modelo comercial dificulta o desenvolvimento dos países do subcontinente, podendo inclusive frente à globalização trazer um retrocesso aos países com as economias mais diversificadas da região, como o emergente Brasil e a Argentina.

A integração da América do Sul torna-se imprescindível para melhoria dos termos das relações com as potências globais, pois negociando em bloco o subcontinente teria maior poder de barganha, aproveitando-se da escassez dos recursos naturais nas superpotências que são abundantes no subcontinente.

Monica Bruckmann sugere esta estratégia em relação aos minérios:

A América Latina tem condições para participar na formação do preço internacional de minérios. Uma política de formação de cartéis de produtores orientada a recuperar a gestão de produção, reservas, industrialização e comércio destes recursos significa claramente uma política de recuperação de soberania e afirmação dos objetivos regionais. O exemplo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é referência fundamental para a realização destes objetivos. (BRUCKMANN, 2011, p. 239).

Os EUA e RPC procuram exercer pressão contra a integração sul-americanos, utilizando suas estratégias, a fim de manter as relações comerciais favoráveis às suas economias, preferindo muitas vezes fechar acordos bilaterais, se aproveitando da fragilidade da econômica do país sul-americano.

5 - CONCLUSÃO

Inicialmente, analisou-se o pós-Guerra e a sedimentação dos EUA como potência ocidental que até a década de 1980 rivalizava com URSS na Guerra Fria, a qual teve seu término com o desmembramento da URSS. Enquanto isso, no mesmo período, a RPC se alinha, em primeiro momento, com a URSS na Guerra Fria, contudo, ao perceber seu papel secundário na aliança e a fragmentação do bloco socialista, buscou reformas econômicas estruturais até ser reconhecida como economia de mercado pela OMC em 2001.

Assim, os norte-americanos e os asiáticos chegam ao século XXI como concorrentes globais, com demandas por recursos naturais vitais para suas cadeias produtivas, dentre estes recursos alguns são abundantes na América do Sul o que torna essa região geoestratégica para ambas citadas potências.

A pesquisa apontou que os EUA e a RPC querem aumentar sua influência e projeção de poder no subcontinente, a fim de manter as reservas de matérias-primas vitais para suas economias, que em alguns casos as reservas das superpotências se exaurem em menos de 20 anos.

Foram identificados que os recursos naturais energéticos, como petróleo e gás, têm suas reservas mais abundantes nos países Sul-americanos do que nas potências globais em questão, bem como o ritmo de exploração é menor no subcontinente americano, o que garante maior longevidade desses recursos na América do Sul.

Não obstante, a abundância de água doce, terras cultiváveis e biodiversidade Sul Americanas, oferecem oportunidade para segurança alimentar, energia limpa e descobertas genéticas, químicas e tecnológicas.

O presente trabalho observa que os importadores de matéria-prima exercem pressões políticas, econômicas e militares de seus governos para manutenção da negociação das *commodities* com baixo valor agregado, bem como utilizam empresas transnacionais para exploração dos recursos naturais, o que diminui o controle estatal dos países produtores.

Respondendo a pergunta sobre a forma que a América do Sul tem se relacionado com RPC e EUA frente às relações comerciais dos recursos naturais do subcontinente, analisamos que a América do Sul busca aproveitar a crescente demanda por suas *commodities*, para buscar formas de se contrapor às pressões internacionais e, se aproveitando da demanda das potências globais, procura criar uma janela de oportunidade para seu desenvolvimento por intermédio de avanços tecnológicos que permitam gerar produtos industrializados com maior valor agregado, a fim de mitigar a dependência econômica de países industrializados.

Por conseguinte, identificou-se que a integração da América do Sul é necessária para o fortalecimento do subcontinente, contudo, é um processo de construção de várias décadas, inicialmente marcada pelo isolacionismo, desconfianças entre os países, corrida armamentista e demais dificuldades. Entretanto, é possível perceber que em meio à crise da década de 1980, e, principalmente a partir dos anos de 1990, houve aceleração na integração Sul Americana com a criação organizações importantes, como MERCOSUL e UNASUL, que se mostram relevantes para melhoria dos termos das relações com as potências globais.

A continuidade do processo de integração tende a proporcionar ao subcontinente a possibilidade de negociação em bloco, dessa forma, maior poder de barganha, que, aproveitando-se da escassez dos recursos naturais nas superpotências que são abundantes na América do Sul.

Finalmente, houve a identificação que o Brasil, na condição de emergente e maior economia Sul Americana, está no centro dos interesses divergentes das potências globais e os países da América do Sul no que tange à administração dos recursos naturais do subcontinente. Dessa forma, é vital se posicionar em ordem crescente visando liderar as aspirações econômicas de seus vizinhos Sul-americanos e garantir seus interesses regionais e globais.

REFERÊNCIAS

BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. Além da circunstância: caminhos da integração sul-americana – do MERCOSUL à UNASUL. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Org.). **Governança Global e a integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011. p. 177-196. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_governancaglobal.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BECARD, Danielly Ramos. **China diplomacy and trade in Latin America**. Artigo de estudos internacionais - Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 1 n. 2 jul-dez 2013 p. 223-239. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6315/5794>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. 2020. **Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END)** encaminhadas, em 22 de julho de 2020, para apreciação do Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-300: Plano Estratégico da Marinha - PEM**. Brasília, 2020.

BRUCKMANN, Monica. Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Org.). **Governança Global e a integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011. p. 197-246. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_governancaglobal.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China**. Carta Internacional- Belo Horizonte, ISSN 2526-9038, v. 8, n. 2, jul-dez. 2013 (p. 100-115) Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113>> Acesso em: 01 jun. 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. **O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016)**. 2020. 392 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2020/TESE%20DE%20DOUTORADO%20PEPI%20Bernardo%20Salgado.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolítica dos recursos naturais estratégicos Sul-americanos no século XXI**. Tese (Mestrado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2015/BERNARDO%20SALGADO%20RODRIGUES.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2021>

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **A Geoeconomia Híbrida da China na América do Sul – o uso de instrumentos econômicos duais para fins geopolíticos** Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 16, n. 1, e1085, 2021. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2015/BERNARDO%20SALGADO%20RODRIGUES.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2021

YUAN, Fang. **El Pragmatismo en la CSS de China: integración del genio histórico y elementos modernos**. Artigo de estudos internacionais - Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 8, n. 2, (jun. 2020), p. 86 - 102 <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/20696/16990>> Acesso em: 12 mai. 2021.

VADELL, Javier. **A China na América do Sul e as implicações Geopolíticas do Consenso do Pacífico**. Revista Sociol. Política, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 57-79, nov. 2011 <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/XvNfvbMLXQG8xBHvdBmtMTP/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 12 mai. 2021.

VADELL, Javier (Org). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte. Editora PUC Minas, 2018.

XING, Li; SHAW, Timothy. O sonho Chinês versus o sonho Americano no reordenamento mundial: Mesma cama? Sonhos distintos? In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte-MG: PUC Minas, 2018. pp.43-72.

